



O Ideário Patrimonial О идеарио

Heranças Patrimoniais
enquanto Partilha de Saberes

ARQUEOLOGIA NA VILLA AYMORÉ: CACOS, FRASCOS E GARRAFAS DE VIDRO

Jackeline de Macedo

Arqueóloga, Professora Colaboradora do Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio da Universidade Federal do Rio de Janeiro no PROARQ/FAU/UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil

jackelinedemacedo@gmail.com

Railson Cotias da Silva

Historiador, Mestre em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe, Brasil

railsoncs@gmail.com

Elizabeth di Palma

Arqueóloga do Instituto de Arqueologia Histórica do Médio Paraíba, Rio de Janeiro, Brasil

elizabethfdipalma@gmail.com



Arqueologia na Villa Aymoré: Cacos, Frascos e Garrafas de Vidro

Jackeline de Macedo

Railson Cotias da Silva

Elizabeth di Palma

Historial do artigo:

Recebido a 02 de outubro de 2017

Revisto a 21 de outubro de 2017

Aceite a 31 de outubro de 2017

RESUMO

Nos quase quatro anos em que foi realizado o Projeto de Diagnóstico Arqueológico da Alameda dos Aymorés, na cidade do Rio de Janeiro/RJ – Brasil, recuperou-se um espólio com aproximadamente 36 mil fragmentos de peças arqueológicas de diversos tipos de materiais. Dentre o espólio recuperado, optou-se por selecionar os materiais vítreos, com mais de 7.000 artefatos que foram relacionados às práticas de higiene, de cuidados com o corpo e de saúde. Através da análise preliminar deste material vítreo, obtivemos informações relativas aos tipos de medicamentos que foram utilizados, as bebidas e aos perfumes que foram consumidos por aqueles que ali viveram entre os séculos XIX e o início do XX. As escavações e a análise dos vestígios exumados, permitiu a recuperação de parte da memória de nossa cidade que se encontrava esquecida naquele Sítio.

Palavras-chave: Arqueologia Histórica, Patrimônio Arqueológico, Pesquisa Arqueológica.

ABSTRACT

In the almost four years in which the Archaeological Diagnostic Project of Alameda dos Aymorés, in the city of Rio de Janeiro / RJ - Brazil, was carried out, a collection was recovered with approximately 36 thousand fragments of archaeological pieces of different types of materials. Among the recovered material, it was chosen to select the vitreous materials, with more than 7,000 artifacts that were related to the practices of hygiene, body care and health. Through this preliminary analysis of this vitreous material, we obtained information on the types of drugs that were used, the drinks and the perfumes that were consumed by those who lived there between the nineteenth and early twentieth centuries. The excavations and the analysis of the exhumed vestiges allowed the recovery of part of the memory of our city that was forgotten in that Site.

Key-words: Historical Archaeology, Archaeological Heritage, Archaeological Research.

1. Introdução

A origem da palavra *arqueologia*, que em grego significa “estudo das coisas antigas”, pode na maioria dos casos, levar a uma limitação do objeto de estudo da disciplina para o estudo dos restos materiais da atividade humana do passado. Entretanto, percebemos uma mudança na definição do que é arqueológico ou não, e vemos assim, a arqueologia voltada para o estudo da cultura material de qualquer época, seja esta passada ou presente. Desta forma, podemos dizer que a disciplina estuda a totalidade material “apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico” (FUNARI, 2003: 13).

Partindo desta definição, podemos dizer que a produção material de uma sociedade serve de base para a compreensão de sua história e de suas transformações, ou seja, tudo que é produzido pelo invento humano, nos fornece subsídios para identificá-la e compreendê-la. Para a arqueologia, os artefatos são de extrema importância, pois é a partir destes, que são encontrados na maioria dos casos na forma de fragmentos diversos, que a disciplina busca compreender e recuperar a memória humana.

Ao intervir em um sítio arqueológico, o pesquisador pode recuperar desde pequenos vestígios móveis que revelem a presença humana naquele local e leva-los a laboratório para dar continuidade as suas pesquisas, bem como, podem ser expostas evidências de estruturas que não podem ser retiradas do sítio. Dentre as estruturas que sobreviveram de um passado distante ou recente até os nossos dias, algumas delas devido ao seu tamanho, podem ser consideradas como parte da paisagem cultural (ORSER, 1982: 34).

Assim, analisando o meio ambiente no qual os indivíduos vivem ou viveram, os arqueólogos estudam o conjunto de recursos apropriáveis que são utilizados de modo diverso e, que estão ligados à apropriação da natureza pelo homem. A partir do estudo da cultura material produzida ou apropriada, podemos compreender aspectos da vida cotidiana, dieta alimentar, religião, higiene, saúde, arte, entre outros.

Neste sentido, para compreender o modo de vida destes indivíduos, é necessário estar ciente de que cada fragmento de objeto, de estrutura, de construção, de paisagem, carrega em si inúmeras ações executadas por distintos agentes envolvidos na sua criação, na sua manufatura e na sua transformação. E desta forma, todo artefato, desde a sua concepção, possui uma história própria, uma memória que será alimentada e recarregada pelas ações posteriores que este irá sofrer, gerando assim, novas conexões entre as várias temporalidades até o seu descarte e posteriormente, a sua re-apropriação.

A partir destas afirmativas, compreendemos ser fundamental para o entendimento do nosso presente, preservar este patrimônio, bem como incentivar a realização de pesquisas com este objetivo (restaurativas, arqueológicas, etc.). Estas, não devem ser encaradas unicamente como uma exigência prevista em Lei, mas sim, como um processo transformador de construção do passado e de resgate da memória a partir do reconhecimento da importância da preservação do patrimônio e de como este entendimento proporciona uma sociedade melhor e igualitária.

No que se refere ao cotidiano da arqueologia, este está vinculado às pesquisas, sejam estas de cunho acadêmico ou não, e tem como objetivo identificar, descrever, analisar e construir o passado humano ao extrair informações acerca da materialidade recuperada nas escavações arqueológicas. Através da análise de dados, da interpretação e da consolidação de resultados, a arqueologia contribui para a compreensão da sociedade “reconstituindo através dos artefatos, vozes abafadas, práticas esquecidas, culturas reprimidas” (ORSER, 1992: 11).

Entendemos assim, que o principal objetivo da arqueologia é antes de tudo, a produção de conhecimento a partir da pesquisa, e que a socialização deste conhecimento se faz fundamental para permitir o reconhecimento da noção de pertencimento deste bem dentro da sociedade que o preserva. Ao socializa-lo, rompe-se com o distanciamento existente entre a sociedade e os bens patrimoniais, cujo afastamento ocorre na maioria das vezes, pelo não reconhecimento de que este patrimônio pertence a todos e não apenas a grupos específicos. Desta forma, ações educativas e de extroversão das informações obtidas através das pesquisas, devem ser incentivadas no sentido de construir diálogos entre a sociedade e seus patrimônios (CARVALHO, 2007).

Estes diálogos devem ser estabelecidos com o objetivo de viabilizar as conexões entre o cotidiano da população com a construção do processo histórico. No Brasil, o princípio da fruição coletiva do patrimônio cultural decorre do art. 215, caput, da Constituição Federal, a qual dispõe que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

Desta forma, poderemos definir o nosso patrimônio como o conjunto de bens identificados pelo homem que são testemunhos da sua cultura, a qual é construída a partir das relações entre eles e o meio no qual vivem, e de como estes constroem suas identidades (individual ou coletiva), sendo que estas (identidades) são perpetuadas através da memória. Assim, o patrimônio cultural passa a ser entendido como a representação da memória histórica e, o patrimônio arqueológico, por sua vez, seria a materialização dessa memória, constituída por todos os produtos materiais (móveis e imóveis) produzidos pela atividade humana ao longo de toda a sua existência (TONELLI, 2005: 72).

O fato é que toda a produção material possui o potencial para representar nossa história, nossa memória, mas, não é possível preservarmos a totalidade de objetos e de coisas com o risco de congelar a vida cultural, que tem natureza dinâmica e assim, limitar a capacidade criativa e de escolha por parte das novas gerações (MIRANDA, 2012: 219). Neste sentido, selecionamos apenas o que achamos relevante para a memória de uma comunidade ou de uma nação, e este ato pode representar uma opção política ligada a vários interesses que não apenas o da preservação do patrimônio. O que passa a ser identificado e reconhecido como patrimônio arqueológico de uma determinada comunidade pode ser entendido enquanto um elemento da memória, o qual contribui para a construção de uma identidade local.

2. Contextualizando o sítio arqueológico no bairro da Glória

O sítio, objeto de estudo arqueológico, está localizado morro da Glória, na cidade do Rio de Janeiro/RJ e compreende uma área de aproximadamente 9.000 metros quadrados. O outeiro da Glória tem sua história ligada a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, visto que desde os primórdios da ocupação do nosso território, esta área foi alvo de disputa entre indígenas, portugueses e franceses.

Nos primórdios da nossa colonização, no atual morro da Glória estava localizada a fortaleza de Uruçumirim, a qual fora ocupada por franceses e seus aliados os índios Tupinambás, e foi palco de uma sangrenta batalha travada entre portugueses e os invasores. Após a vitória portuguesa, Estácio de Sá, o fundador da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, morreu e o centro administrativo da cidade foi transferido para o Morro do Descanso, posteriormente denominado de Morro do Castelo.

A partir de então, a área urbanizada da cidade esteve contida entre os morros do Castelo, São Bento, Santo Antônio e da Conceição, como acesso restrito à faixa que ligava o Morro do Castelo até o do São Bento. Este panorama transformou-se a partir da transferência do centro político-administrativo do Vice-Reinado, de Salvador para o Rio de Janeiro e a partir desta, a cidade extrapolou os “muros” e ultrapassou a Rua da Vala (atual Uruguaiana). Este fato, propiciou uma mudança na sua feição e permitiu o seu crescimento no sentido norte e oeste (FRIDMANN, 1999: 103). Este crescimento urbano ao longo do século XVIII, também foi favorecido pelo dessecamento dos brejos da cidade para a criação de espaços para a implantação de novas construções.

Percebe-se a partir dessas, uma expansão territorial agora na direção sul (Lapa e Glória), na direção oeste (Campo de Santana) e na direção norte (Conceição e Providência). Entretanto, o maior impulso no processo de desenvolvimento urbano ocorreu com a transferência do mercado de escravos do centro da cidade (Rua Direita) para o cais do Valongo no século XIX.

Em meados desse século na região da Glória, foi construída uma igreja em devoção a Nossa Senhora da Glória (1740), mas apesar das igrejas funcionarem como vetores de expansão urbana, esta região permaneceu praticamente despovoada. Apenas no século XIX, com a preferência da Família Real pela igreja da Glória do Outeiro, a área começou a se desenvolver. A partir deste período, muitas famílias abastadas passaram a se instalar em chácaras na região e dentre as elas, destacamos a propriedade da família Ribeiro da Costa, na Ladeira da Glória.

Percebemos que desde o início da ocupação daquele sítio, ele esteve atrelado a uma parcela privilegiada da sociedade carioca, como a família Ribeiro da Costa, que tinha na época grande influência política e social. Por ocasião do casamento do marechal Joaquim José Ribeiro da Costa, em 1765, entre os convidados encontrava-se o Vice-Rei, Conde da Cunha (CAVALCANTI, S/D). Contudo, a sua relevância só ocorre a partir do estabelecimento de Boaventura Delfim Pereira em 1824, o futuro Barão de Sorocaba. Os barões promoviam na chácara elegantes e animadas festas da qual a elite carioca, e até mesmo o Imperador D. Pedro I participavam. Irmã mais velha da Marquesa de Santos, Maria Benedita de Castro Canto e Melo, a Baronesa de Sorocaba, teve um de seus filhos, Rodrigo Delfim Pereira reconhecido como bastardo de D. Pedro I.

Descrições da chácara, relatam sobre a elegância da propriedade que possuía uma bela entrada, caminho privativo ligando o palacete e o adro da igreja, acomodações para a família, salões de baile, coqueira, cavalariça, quarto para criados, área avarandada repleta de janelas para uma bela vista e água boa para beber. Apesar deste conforto, a propriedade foi colocada à venda mesmo antes da morte da Baronesa (1857), conforme o anúncio de leilão no Diário do Rio de Janeiro de 25/10/1847. Entretanto, a venda não foi efetivada e a família voltou a anunciar o imóvel no ano seguinte, mas apesar dos vários anúncios a venda não foi efetivada, levando a Baronesa a anunciar o imóvel para locação em 1849.

No trabalho sobre a Villa Aymoré elaborado por Nireu Cavalcanti (s/d), este relata que o palacete foi alugado por Cândido José Rodrigues Torres, em 1855, e ressalta que a parte do terreno acima da entrada até o alto do morro, não fazia parte deste contrato.

A venda da chácara aconteceu em 1860 e, ao tomar posse, José Joaquim Ferreira, iniciou a ampliação do seu patrimônio com a compra de vários imóveis nas proximidades, além de construir cinco casas térreas no terreno da chácara com o objetivo de locação. Após o seu falecimento, José Nunes Teixeira seu genro e herdeiro, vendeu a propriedade para seu ex-sócio Manoel Vicente Lisboa que era dono de uma empresa de tecidos registrada com a marca *O Aymoré*, em 1887.

Em finais do oitocentos, a Glória e o seu entorno, passavam por várias mudanças em virtude das transformações político-sociais que ocorreriam na cidade e quando o novo proprietário assumiu a posse do imóvel, pode perceber que o perfil dos habitantes da área também mudara.

Observa-se que durante o período do Império, os nobres buscavam estabelecer-se nas proximidades da Glória, Catete e Laranjeiras, aonde o Palácio da Princesa Isabel fora construído, e desta forma, muitas chácaras foram instaladas na região. Dentre as chácaras pertencentes a nobreza destacamos a da Condessa de Iguaçu, filha de D. Pedro I e da Marquesa de Santos, a do Visconde de Meriti, dentre outras. Entretanto, ao fim do Império e início da República, bem como, com o fim do regime escravagista, na região começaram a ser instaladas as moradias para operários, mudando o perfil de seus habitantes.

Com o falecimento de Lisboa no início do século XX, o novo proprietário, Mendes Campos, promoveu melhorias na chácara construindo uma vila de casas entre 1908 e 1916, chamada Villa Aymoré. A hipótese provável para a origem do nome da vila é que seria uma homenagem ao antigo proprietário da chácara. Composta por dez casas estas foram igualmente identificadas por nomes indígenas: Aymoré, Guarany, Tamayo, Tupy, Juruna, Goytacaz, Kiriri, Carijó, Moema e Iracema, a última a ser finalizada (1916). Além da vila, Mendes Campos construiu um terraço na frente do palacete e uma escadaria ao lado deste, fazendo o acesso com o antigo Beco do Rio.

Apesar destas melhorias, com a decadência da área o antigo palacete veio a transformar-se em “casa de cômodos”, com a locação de quartos para a população pobre. E assim, a escadaria de acesso para o Beco do Rio acabou por separar os inquilinos pobres do palacete, dos inquilinos de posse da Villa (**vd. Figura 1.**).



Figura 1. Ao alto a esquerda a igreja de Nossa Senhora da Glória, ao centro a Villa Aymoré, a direita desta, o palacete da Baronesa de Sorocaba. Podemos ver abaixo da Villa os sobrados que serviram de moradia para operários. **Fonte:** Acervo da Marinha do Brasil, Período: década de 1920.

Na década de 1920, a chácara foi comprada pela família Seabra, e seus descendentes a venderam para os atuais proprietários no início do século XXI e, estes, deram início ao projeto de restauro da Villa para a instalação de um empreendimento corporativo.

3. A Pesquisa Arqueológica na Alameda dos Aymorés

Para instalar um empreendimento corporativo naquele local era necessário restaurar a Villa Aymoré e como tratava-se de área com alta relevância histórica, exigiu-se também, uma avaliação do potencial arqueológica. Com o Projeto de Diagnóstico Arqueológico da Alameda dos Aymorés pretendia-se através das escavações e exumação de artefatos e estruturas arqueológicas recuperar parte da memória esquecida e enterrada sob camadas de sedimento.

Por tratar-se de bem tombado pela Prefeitura do Município do Rio de Janeiro através do Decreto nº 25.693 de agosto de 2005, que em seu Art. 12 prevê que “quaisquer obras ou intervenções a serem executadas nos bens referenciados deverão ser previamente aprovadas pelo Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro – CMPC”, o projeto para a implantação do novo empreendimento e o restauro das casas da Villa Aymoré, como também, o projeto de arqueologia seguiu as diretrizes e as recomendações dos órgãos de preservação do patrimônio, como do Instituto Rio de Patrimônio – IRPH e do Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Através da pesquisa arqueológica naquele local foi identificado um sítio arqueológico e este registrado junto ao IPHAN com **Sítio Arqueológico Caminho da Baronesa**.

Antes mesmo do início das obras civis, a investigação arqueológica pode avaliar o potencial arqueológico e verificar a viabilidade do empreendimento na área. Contudo, muito mais do que cumprir a uma exigência legal, a pesquisa arqueológica estava voltada para a produção de conhecimento a partir de suas atividades, fossem estas de campo, de laboratório ou de arquivo visando recuperar a memória local e a parte da história de nossa cidade.

O Projeto de Arqueologia foi desenvolvido em duas fases, a **primeira**, com uma duração de seis meses, iniciada em 2011, foram realizadas prospecções arqueológicas em subsuperfície a partir da escavação de trincheiras e poços-teste em parte do terreno aonde havia o antigo palacete da Baronesa e os seus anexos foram construídos (A1, A2, A3, A4).

A partir destas prospecções foi exumado um volume expressivo de peças arqueológicas, cuja curadoria permitiu recuperar dados relevantes sobre o cotidiano daqueles que viveram naquele sítio. Através da consolidação destas informações foi possível subsidiar a fase posterior que estava intimamente relacionada ao restauro das edificações e a implantação do empreendimento.

Na **segunda fase**, novas prospecções arqueológicas foram realizadas e o monitoramento das obras iniciados em meados 2012 e finalizados em meados de 2015. O monitoramento arqueológico visava acompanhar todas as atividades de obra que envolvesse revolvimento de solo na área do empreendimento (áreas A5, A6, A7, A8 e A9), áreas diretamente vinculadas com as atividades de obra (interior das casas, implantação de infraestrutura, construção de novas edificações e área posterior a Villa, na qual foi identificado o caminho de pedras) e a curadoria do material exumado. Foram ainda, desenvolvidas atividades educativas com palestras e visitas guiadas com a comunidade, profissionais da área e alunos de graduação e pós-graduação.

A pesquisa arqueológica produziu um espólio significativo de elementos, sendo que em maior volume foram recuperados objetos cerâmicos (70% da amostra). Contudo, a opção para este trabalho, foi a de analisar objetos ligados às práticas de higiene e cuidados com o corpo, compostos em sua maioria por vidros (20% da amostra). O material vítreo analisado forneceu informações significativas sobre os tipos de medicamentos, de perfumes e de bebidas consumidas pelos grupos estabelecidos naquele sítio no século XIX até o século XX.

A partir desta análise preliminar, relacionarmos um grande volume de garrafas de bebidas, frascos de medicamentos, perfumaria, consumidos e descartados no período citado. Em virtude

da grande quantidade de peças fragmentadas, optamos por analisar neste trabalho, peças que se encontravam inteiras. O exame de marcas de fabricação ou de uso, padrão decorativo diferenciado, entre outros atributos, aliado ao contexto em que estes materiais foram exumados, permitiam uma melhor compreensão do sítio e das atividades pretéritas nele desenvolvidas. A maior parte do material vítreo correspondente ao século XX, foi recuperado na área posterior as casas (A5), utilizada pelos moradores da Villa como depósito de lixo e acabou soterrando o antigo caminho de pedras. Os materiais correspondentes ao período anterior, foram recuperados no contexto relacionado a ocupação nobre do palacete.

Após a retirada das peças do seu contexto deposicional, iniciou-se o trabalho de curadoria e desta, resultou em um espólio de 36.051 fragmentos/peças, das quais 54% (19.353) são oriundas das áreas (A1, A2, A3, A4, A6, A7, A8 e A9) pertinentes à Alameda Aymorés, e 46% (16.698) das peças relativas a Área 5, a do Sítio Caminho da Baronesa.

Apesar de a área pesquisada se única, optou-se por separar o material exumado em duas áreas respectivamente, Alameda dos Aymorés e Caminho da Baronesa, em virtude da estrutura do caminho ter sido incorporada ao projeto final do empreendimento. O contexto deposicional do sítio apresentava o material arqueológico, inserido em aterros, dos quais não há datações precisas em função da dinâmica constante de construção e de demolição promovida pelos seus diversos moradores. Objetivou-se, portanto, buscar identificar a origem de fabricação/uso e datação relativa do material recuperado, no intuito de estabelecer uma temporalidade para a ocupação da região e, igualmente, a diversidade de seus habitantes. Grande parte do espólio remete aos objetos próprios do ambiente doméstico como utensílios de mesa e de cozinha, bem como aqueles produzidos para a higiene pessoal e medicamentos.

A profusão de vasilhames destinados ao envasamento de medicamentos nas camadas relativas ao final do século XIX e início do XX se deu em decorrência aos avanços na área médica e na indústria farmacêutica ocorridos a partir deste período. A medicina de patentes estava no auge, particularmente na Inglaterra e nos Estados Unidos e, um marco deste século foi a criação das Associações para o Progresso da Ciência, contribuindo significativamente para a produção de publicações científicas na Europa.

Neste sistema, qualquer indivíduo podia criar sua fórmula e patenteá-la, comercializando-a sem restrições e como a maioria das doenças não era conhecida, não havia tratamentos específicos. Muitos empreendedores registravam patentes com misturas de produtos e as vendiam à população de forma indiscriminada medicamentos que não apresentavam qualquer registro. Durante o período do Império, foi criada a Sociedade de Medicina e Cirúrgica do Rio de Janeiro com o objetivo de combater esta prática e o charlatanismo. Verificou-se no século XIX, uma a profusão de “médicos” vendendo produtos de todo o mundo, através dos jornais ou almanaques, cuja publicação, eles próprios patrocinavam montando uma estrutura empresarial farmacêutica de grande porte.

A popularidade e a quantidade dos anúncios publicados, evidencia a presença de um fervoroso mercado consumidor, incentivado pelo novo paradigma das cidades que a partir do século XIX passaram a ser objeto de intervenção médica. Em Silva (2014), o autor relata que a organização da vida urbana, agora pensada sob uma ótica jurídica, exigiu a normatização de padrões de comportamento. A questão higiênica das cidades era uma das alternativas para prevenir o aparecimento de epidemias e coibir a circulação de indivíduos doentes na cidade, a partir da criação de lazaretos e hospícios.

Durante a transição do século XIX para o XX, o Rio de Janeiro absorveu estas transformações, que buscavam principalmente em Paris, o ideal de modernidade e de beleza. Identificou-se um grande percentual de vidros de perfume e de cosméticos que denotam o grau de valorização da

sociedade carioca por produtos que vinham daquela cidade e o volume de produtos relacionados aos cuidados com o corpo e a beleza. A propagada influência francesa nestes novos costumes não era por acaso, Baretta (2009) utiliza Foucault (2001) para destacar que desde o século XVIII, na França, medidas higienistas se tornaram políticas públicas buscando “elevar o nível da saúde do corpo social em seu conjunto” (*Apud* SILVA, 2014).

Neste sentido, os contextos domésticos são fundamentais no entendimento do cotidiano das ações dos indivíduos, onde eles vivem sua vida real. Segundo Heller (*Apud* SILVA, 2014), essa nada mais é que a vida de todo indivíduo, não está ausente da história, mas no centro do acontecer histórico. As atitudes diárias das pessoas constituem o início de quaisquer práxis, não é possível compreender o desenvolvimento histórico e econômico de uma sociedade sem se considerar o caráter heterogêneo das ações e reações humanas presentes na esfera cotidiana.

Tal esfera, relacionada ao tema dessa pesquisa e seu recorte no tempo (fins do século XIX e início do século XX) e no espaço (a *urbe* – seu núcleo inicial em expansão), aproxima-se da dinâmica da modernidade ocidental. Giddens (1991) nos convida a identificar as discontinuidades que separam as instituições sociais “modernas” das ordens sociais “tradicionais”. Buscando uma primeira aproximação, o autor diz que a modernidade “refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (*Ibidem*).

Para este autor, isto associa a modernidade a um período de tempo e a uma localização geográfica inicial, “mas por enquanto deixa suas características principais guardadas em segurança numa caixa preta” (*Ibidem*). Em trabalho mais recente este, emprega o termo modernidade num sentido mais geral, referindo-se “às instituições e modos de comportamento estabelecidos pela primeira vez na Europa depois do feudalismo, mas que no século XX se tornaram mundiais em seu impacto”, sendo que a modernidade “pode ser entendida como aproximadamente equivalente ao mundo industrializado, desde que se reconheça que o industrialismo não é a sua única dimensão institucional” (GIDDENS, 2002).

A unidade doméstica, conforme observaram alguns arqueólogos debruçados sobre o tema (AGOSTTINI, NAJJAR, 2007; LIMA, 1995, 1996, 1997, 2002; SILVA, 2014; SYMANSKI, 1998; TOCCHETTO, 2010), não se esquivou da propalada modernidade, assentada na formação de um Estado-nação com um corpo de leis, e na formação de um mercado capitalista, ainda que incipiente. Ali se conformaram valores impessoais da modernidade segundo feições nacionais, porém com diferentes trajetórias daqueles verificados na Europa, considerando antecedentes históricos particulares.

4. A Cidade Colonial e sua Limpeza

Com a transferência da capital do Vice-reino para o Rio de Janeiro, esta extrapolou os seus “muros” e deu o primeiro impulso de expansão urbana. Durante muito tempo a Rua Direita, foi a principal artéria da cidade e nela se concentravam as principais atividades, como a Mesa do Bem Comum (futura Junta do Comércio), o Palácio dos Governadores, as repartições públicas mais importantes, os armazéns e as moradias dos revendedores de escravos.

Devido aos diversos conflitos entre os agentes do tráfico em frente ao Paço, o Senado da Câmara decidiu transferir o comércio de negros para a região do Valongo que era uma área periférica da cidade e assim, a cidade se expandiu. Desta forma, o novo porto tornou-se um importante vetor para o crescimento e desenvolvimento urbano da cidade.

As transformações ocorridas naquela área acabaram por atrair uma série de atividades como: a criação de um sistema de transporte marítimo entre o Valongo e outros bairros, além do surgimento de várias atividades comerciais para subsidiar o comércio de escravos, bem como, a construção de um cemitério para negros que chegavam mortos ou não resistiam a viagem nos fétidos e insalubres navios negreiros que aqui aportavam. Antes da criação do cemitério dos pretos novos no Valongo, o enterro dos recém-chegados era realizado no Largo de Santa Rita e por pressão dos moradores locais, o enterro destes negros foi transferido para a Rua do Cemitério (atual Pedro Ernesto).

Com o mercado negreiro no Valongo, a Rua Direita passou por sucessivas melhorias que visavam adequá-la às vias europeias, ao comércio crescente e a importância que a cidade tomava não permitia a presença do decadente mercado de compra e venda de escravos na sua principal artéria. Esta proibição do comércio negreiro nas principais ruas da cidade, não estava relacionada apenas ao seu embelezamento, mas a questões de controle sanitário e de aproveitamento do espaço urbano. Neste sentido, os políticos e os mercadores de escravos acordaram que os locais mais indicados para este tipo de atividade, estariam na região da orla do Valongo, da Saúde e da Gamboa, ou ainda, mais para o interior na zona do mangue de São Diogo. O local escolhido foi o Valongo, em virtude da facilidade de acesso por mar e por terra através do caminho de mesmo nome, atual Rua Camerino (HONORATO, 2008: 67).

Pelo porto circulavam mercadorias, pessoas e riquezas, mas também muitas doenças, que eram trazidas, principalmente pelos escravos recém-chegados. Em 1718, com receio de contágio destas moléstias e doenças de pele, a Câmara requereu uma “visita da saúde” em todos os navios vindos de Angola, Costa do Marfim e São Tomé que entravam no porto do Rio. Mas, somente em 1758 sob a presidência do Juiz de Fora Antônio de Matos e Silva, vereadores, médicos e cirurgiões se reuniram para deliberar sobre “o grande prejuízo que causavam nesta cidade os escravos que estavam à venda pública pelas principais ruas da cidade, e ansiando que fossem tomadas providências cabíveis como situação” (HONORATO, 2008: 66).

A questão sanitária passou a influenciar as grandes transformações urbanas e a forma como seus moradores utilizavam o espaço público. Alguns higienistas da época, acreditavam que o clima da cidade estaria relacionado as epidemias, o Físico-Mor nomeado por D. João VI, Manoel Vieira da Silva, afirmava ser a contaminação do ar a maior causadora das doenças a partir da contaminação pelos gases pestilentos exalados da putrefação de matérias orgânicas nas águas estagnadas das lagoas. A partir desta afirmação, viu-se a necessidade do aterramento das lagoas e do encanamento de águas para a população. Além, disso, acreditava-se que a contaminação do ar também ocorria pelos miasmas da decomposição dos corpos nas sepulturas no interior das igrejas.

Uma prática comum na época, era a utilização do serviço dos “tigres”, escravos que recolhiam os excrementos da casa dos seus senhores e os despejavam nas lagoas. Dentre as muitas áreas utilizadas para este fim, citamos a Lagoa do Boqueirão da Ajuda localizada entre a Lapa e o centro. Esta foi aterrada na administração do Vice-Rei Luiz de Vasconcellos (1779-1790), para dar lugar a um jardim aos moldes dos existentes na Europa, o Passeio Público do Rio de Janeiro, em 1783.

Desta forma, a partir das transformações implementadas na cidade, o Vice-Rei buscava representar os anseios de uma nova sociedade, promovendo desta forma, um importante plano de reformas urbanas onde a inserção de uma nova paisagem no tecido urbano teve um papel fundamental. A política de modernização e de saneamento proposta por Vasconcellos, imprimiu na paisagem da cidade a marca da sua administração que visava a “prosperidade” e a “modernidade” para trazer à cidade fétida e insalubre, ares metropolitanos (MACEDO, 2009).

Entretanto, a partir da chegada da Família Real, em 1808 e com a abertura dos portos para as Nações Amigas, a cidade se tornou um grande centro de comércio proporcionando, no despertar do novo século um maior incremento, não apenas dos aspectos econômicos ou ligados a morfologia da cidade, mas também sobre aqueles relacionados ao comportamento de seus habitantes.

O século XIX, trouxe para o Rio de Janeiro novas oportunidades geradas pelo crescimento demográfico, contudo, este gerou um novo problema, a ausência de moradias com condições básicas de higiene e habitabilidade. Além das doenças existentes, muitas foram trazidas a partir da circulação de pessoas no porto e este passou a ser considerado um vetor de doenças, principalmente as trazidas pelos navios negreiros. Neste sentido, criou-se um lazareto para a quarentena de escravos recém-chegados na cidade que fossem portadores de moléstias contagiosas e doenças de pele (MARCILIO, 1993: 54).

Mas, o grande flagelo deste século foi a epidemia de febre amarela, que infectou quase cinquenta por cento da população gerando uma enorme mortandade e para combater-la a medicina no Brasil foi obrigada a tomar novos rumos no que se referia às formas de atuação e de intervenção na sociedade, principalmente no contexto urbano, tornando-se preventiva.

Entretanto, era difícil combater tantas moléstias que assolavam a cidade, visto que por mais de cinquenta anos a febre amarela produziu muitas vítimas e, entre os anos 1855-1860 a epidemia de cólera-morbo assolou a cidade. Doenças como a varíola e as que se favoreciam pelas aglomerações das tropas que iam combater no Paraguai, também causaram uma enorme mortandade.

Aliado a isto, podemos relacionar o mau estado de conservação e de venda dos gêneros alimentícios, o que levou as autoridades a deduzirem que a má qualidade dos alimentos ingeridos, aliada ao grande consumo de bebidas fermentadas, a utilização de grande quantidade de condimentos, a carne salgada e seca que perdia seus principais nutrientes contribuíam e muito, para a propagação de várias doenças (MARCILIO, 1993: 54). Neste sentido, foi proposto um maior controle sanitário para a manipulação e o comércio de alimentos, do funcionamento dos matadouros e dos açougues.

Por volta de 1838, foram muitas as vítimas da broncopneumonia e o desleixo com a higiene pública, as más condições climáticas, aliados ao comércio desumano da escravidão tornaram a varíola altamente avassaladora, quando esta invadiu bairros próximos a região do porto adoecendo famílias inteiras e fazendo várias vítimas, em especial as crianças. Com a aglomerações da população no centro urbano, aliada a falta de saneamento, o descaso no preparo e conservação de alimentos verificou-se a multiplicação dos casos de doenças intestinais.

Para combater as epidemias, várias medidas foram tomadas, dentre elas a modificação de hábitos como velar os mortos dentro das igrejas. Desta forma, a Ordem Terceira de São Francisco de Paula construiu um cemitério extramuros, o Cemitério do Catumbi (RODRIGUES, 1995: 29). Além das medidas restritivas para os sepultamentos, mudanças em hábitos cotidianos ocorreram devido à grande epidemia de meados século XIX. Desta forma, medidas profiláticas foram implantadas chegando estas até os primeiros anos do século seguinte, como a extinção de ofícios exercidos na rua, de caixeiros, ambulantes, músicos, pintores, vendedores de livros, entre outros. Dentre os costumes populares mais combatidos, o de cuspir no chão, comercializar leite de porta em porta, criar porcos nos limites urbanos, bem como, as exposições da carne na porta dos açougues foram condenadas (NEEDELL, 1993).

Estas medidas tomaram vulto devido à incerteza da forma de transmissão destas doenças. A medicina praticada nos últimos anos do Império e início da República, era dividida pelos profissionais de saúde a partir de duas teorias explicativas de como as doenças eram transmitidas. Alguns médicos defendiam a teoria do contágio, quando as moléstias eram transmitidas de um doente para outro, mediante o contato pessoal ou através de objetos contaminados. Por outro lado, havia a teoria da infecção, em que a transmissão era explicada pela existência dos miasmas, que contaminavam o ar em virtude da putrefação de animais e dos indivíduos sepultados (CHALHOUB, 1996: 168).

No final do século XIX havia urgência para controlar doenças como a tuberculose, a malária, a febre amarela e a varíola que assolavam os habitantes da capital do Império. A cidade vivia afligida pelas grandes epidemias, mas enfermidades mais comuns como a sarna, a erisipelas, as impinges, os edemas nas pernas, as lombrigas, a dismenorreia, as hemorroidas, as hepatites e os diferentes tipos de febres também atingiam a população.

Neste sentido, foram implementadas novas medidas a fim de promover modificações no centro urbano visando a melhoria da qualidade de vida da população como a retirada dos cortiços, o alargamento das ruas, a construções de valas para escoamento das águas das chuvas, dentre outras. Mas não era apenas a questão do acúmulo das águas, fossem estas proveniente das chuvas ou das lagoas e dos pântanos, consideradas as responsáveis pelas doenças, a dieta alimentar da população foi amplamente discutida por médicos no século XIX.

A febre amarela, sem dúvida foi a maior responsável pelo aumento da mortandade na cidade do século XIX, e esta somente começou a ser erradicada a partir da campanha de vacinação comandada por Oswaldo Cruz em início do XX. Com a chegada deste novo século, avanços na medicina e a implantação da mentalidade higienista geraram uma crescente preocupação com a higiene e com a saúde pública visando erradicar as epidemias ao promover intervenções na cidade com o objetivo de sanear e remover a aglomeração da população do centro para a periferia da cidade.

Apesar de a maioria da população lançar suas imundícies no mar ou lagoas, contribuindo para a proliferação de doenças e pragas, o Brasil foi o segundo país no mundo a ter organizado o seu sistema de esgoto. O local escolhido para a implantação para o recolhimento e desinfecção das águas servidas e materiais fecais foram os bairros da Glória e do Catete (FRIDMAN, 2002: 31), com a instalação da companhia de tratamento de esgoto *City Improvement Company*.

A erradicação das doenças passava por medidas preventivas de proteção à saúde pública, com campanhas de vacinação e a instalação de sistema para o tratamento de água e esgoto. Além de medidas preventivas, a preocupação com o tratamento de moléstias também foi beneficiada a partir do surgimento de novos medicamentos e de tratamentos de saúde realizados através de banhos ou da ingestão de bebidas. A utilização das águas gasosas para o tratamento dos “males do estomago” tornou-se um hábito entre aqueles que podiam pagar por esta bebida. Os banhos de mar voltaram a moda e a procura por moradias nas zonas litorâneas da cidade por uma parcela da população que saía das chácaras em busca de novos ares, gerou especulação imobiliária e a criação de novos bairros.

A necessidade por arejar a cidade, fez com que o modelo aplicado por Hausmann em Paris fosse copiado, com a abertura de ruas largas e avenidas, bem como, a necessidade de providenciar o embelezamento com a retirada dos cortiços que se aglomeravam na zona portuária, pois estes produziam uma imagem feia e decadente para os visitantes que chegavam à cidade.

Com a valorização da França, além de copiar o modelo urbanístico de Paris, o comércio, a exportação e a fabricação de produtos, em especial os perfumes franceses foi impulsionada.

Para Needell (1993), o afrancesamento simbolizava a aproximação do país e a um futuro civilizado. Estes produtos eram largamente utilizados com o objetivo de promover um cuidado maior com a higiene pessoal e, a partir da grande profusão do consumo destes, ampliou-se também, o volume de material descartado na forma de frascos e vidros de perfume. Civilizar, progredir e modernizar eram as palavras de ordem identificadas nos documentos históricos e consubstanciada na cultura material e na paisagem urbana que nos foram deixadas como legado, e que ainda podem ser observadas nas cidades.

A paisagem da cidade foi profundamente impactada a partir das reformas implementadas por Rodrigues Alves, que tinham como objetivo transformar a urbanização da capital do país. Estas medidas também conferiam a quem delas participasse, prestigiar-se e aliar à sua a imagem de moderno, civilizado e higienista. A todos interessava ser visto como moderno, como alguém preocupado com a higiene, como promotor e incentivador da civilidade na cidade. Com o alargamento das vias e a alteração dos traçados, a ligação entre as zonas norte e sul da cidade foi facilitada, principalmente a partir da abertura do Túnel no Leme o que incrementou ainda mais a procura por residências nos bairros litorâneos.

A noção de civilização internalizada por diversos segmentos das elites se aproximava do modelo cultural europeu, de forma que civilizar era “ficar em pé de igualdade com a Europa no que se refere a cotidiano, instituições, economia, ideias liberais, etc.” (HERSCHMANN, 1994: 12).

5. Villa Aymoré e seus Habitantes

Em fins do século XIX, a chácara que agora pertencia a Manoel Lisboa sofreu com as transformações político-sociais que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro. Novos usos foram dados para o palacete, quando neste passou a funcionar o Colégio de Educação de Meninas, em 1885. Posteriormente de 1897 a 1902, foi alugado para uma fábrica de perfumes da loja Fornasini, e a partir desta data, o palacete transformou-se em habitação coletiva com o aluguel de cômodos para solteiros e famílias pobres (CAVALCANTI, s/d).

Vários anúncios publicados por moradores do palacete e da Villa em jornais a partir de 1908, permitiram definir os perfis de seus anunciantes. Dentre os moradores do palacete, estes ofereciam os serviços de jardineiro, para trabalhar em casa de família, de engomadeira e lavadeira, de ama de leite, de cozinheira, dentre outros. Por volta de 1910, em terreno vizinho à chácara, a Prefeitura construiu dois blocos de sobrados, destinados a moradia de operários.

Com tantas transformações socioeconômicas na região, muitos dos casarões foram abandonados por seus proprietários que buscavam áreas mais nobres. Assim, em jornais das décadas de 1950 e 1960 encontramos registros sobre a ocupação irregular no antigo palacete dos barões de Sorocaba. Noticiavam as condições precárias que estas pessoas viviam, amontoadas em aproximadamente vinte cômodos do palacete praticamente em ruínas e que dispunham de apenas um banheiro.

Os invasores foram expulsos e o proprietário retomou a posse do palacete e apesar, desse ter marcado uma época gloriosa do bairro, com suntuosas festas frequentadas pela nobreza carioca e inclusive pelo próprio Imperador, acabou sucumbindo ao abandono e ao descaso. Assim, o palacete foi demolido por volta da década de 1970, todavia, não foi possível identificar o real motivo que levou a sua demolição, mas uma hipótese provável é a de que o proprietário optou por demoli-lo para não correr o risco de novas invasões. E assim, a antiga chácara chegou ao século XXI desprovida de seu maior marco, o palacete.

Sem o palacete, a Villa com suas casas amarelas passou a destacar-se na paisagem da região chamando a atenção daqueles que circulavam pelo bairro, apresentando uma arquitetura moderna contrapondo-se com as demais construções existentes na Glória em meados do século XX.

Diferentemente dos moradores do palacete, o perfil socioeconômico dos moradores da Villa Aymoré, identificado a partir da análise dos anúncios publicados nos periódicos, denotava um poder aquisitivo superior, pois estes solicitavam serviços, como o de empregados domésticos. Somente percebe-se uma mudança no perfil dos moradores da Villa a partir de 1960, com anúncios de sublocação, denotando uma diminuição no padrão econômico dos mesmos. Até esta década, apenas a primeira casa da Villa funcionava para fins comerciais, como hotel, posteriormente, em escola de línguas e, chegou aos anos 2000 novamente como hotel.

A década de 1960, marcou profundamente a vida política e a economia da cidade com a transferência da capital federal para Brasília e, assim, a cidade perdeu, empregos, prestígio e sendo este um período difícil para todos, em especial para os que residiam nos bairros do Catete e da Glória.

A partir do início das obras do metrô, na década de 1970, ocorreram mudanças no cenário urbano com a implantação de estações no Flamengo, Largo do Machado, Catete e na Glória. O caos urbano causado pelas obras e pelas demolições, como a da vila operária, prejudicou ainda mais o cotidiano dos moradores dos bairros atingidos. A dicotomia produzida pela instalação do metrô era evidente, por um lado o progresso trazendo melhorias com um sistema de transporte eficiente, promovendo a valorização da área, mas ao mesmo tempo, estas mudanças descaracterizavam os bairros, com a desapropriação e a demolição de edificações tradicionais em nome deste mesmo progresso. Com o declínio socioeconômico e as transformações na paisagem urbana da Glória e arredores, percebe-se um novo público a circular e a residir na região. Assim, a imagem desta década foi a de um palacete que abrigou a nobreza carioca transformar-se em cortiço, o abandono das belas chácaras em busca de novos ares próximo as praias da zona sul e as obras do metrô que traziam ao mesmo tempo, o progresso e caos.

A Villa que a princípio foi ocupada por inquilinos de posse, também caiu no abandono, no esquecimento e sofreu com a sublocação, com danos irreparáveis aos imóveis como a ruína da última casa, Iracema no início do século XX. Apesar disso, a Villa apresentava características únicas quanto ao conjunto arquitetônico tendo seu reconhecimento de seu valor histórico-cultural transformando-se em legado a ser preservado às gerações futuras.

A partir deste reconhecimento e em concordância com o exposto na Lei Federal nº 3924/1961 e no Decreto Municipal da cidade do Rio de Janeiro nº 22.872/2003, foram tomadas medidas que visavam a sua salvaguarda, a avaliação do potencial arqueológico da área com a realização de pesquisa científica e a realização de ações educativas que promovessem a revitalização da área, a socialização dos materiais recuperados e a fruição do conhecimento produzido a partir deste trabalho. Através da pesquisa arqueológica houve o reconhecimento deste patrimônio que se encontrava escondido sob nossos pés, devolvendo-o na forma de conhecimento a quem lhe é de direito.

6. Análise do material vítreo na pesquisa arqueológica da Alameda dos Aymorés

Durante o processo de análise da coleção do Projeto de Diagnóstico Arqueológico da Alameda dos Aymorés, o elemento discursivo que se tornou inquietante centrava-se na observação do

potencial interpretativo do material vítreo, mas em contrapartida, esbarrava no silêncio e na ausência exploratória de análises deste tipo de artefato. Tendo como perspectiva uma abordagem a questões pautadas no aspecto cognitivo-comportamental, não se limitando ao seu caráter eminentemente técnico, nosso levantamento condicionou a inferência de objetos vítreos que nos direcionou a entender o período de introdução deste material em maior profusão no cotidiano das famílias na cidade do Rio de Janeiro.

A partir do desejo de se espelhar nas metrópoles europeias e assim, afastar o passado colonial, diversos administradores públicos e setores da elite promoveram nas principais cidades brasileiras do novecentos, um processo de transformação e de reorganização social que refletiu principalmente nas áreas urbanas, gestando novas percepções estendidas para a relação estabelecida entre as pessoas e a materialidade.

Diante desta observação, foi possível perceber na amostra proveniente deste sítio, uma frequência dos materiais vítreos associada ao século XIX e do XX, que nos conduziu a dois questionamentos sobre os significados desses materiais para a sociedade que os incorporava. Em primeiro lugar, perceber como pode ser pensada a relação entre a introdução desses bens e os processos de urbanização e de modernização da cidade naquele período; e em segundo lugar, sobre quais aspectos essa apropriação operou mudanças nas esferas cotidianas e no modo de vida daqueles indivíduos.

Assim, o foco deste trabalho é voltado para a análise do material vítreo recuperado na área da antiga chácara da Ladeira da Glória, com o objetivo de compreender aspectos ligados às questões de higiene e de salubridade dos grupos que ali viveram no período de referência, a partir das análises dos vasilhames, frascos e garrafas produzidos em vidro que foram resgatados a partir do trabalho de arqueologia.

Com o objetivo de esclarecer estas questões, passaremos à análise de alguns dos exemplares recuperados, como o frasco encontrado que apresentava a inscrição *Radway & Co. - R.R.R. New York*, sabe-se que este fabricante iniciou suas atividades em Nova Iorque no ano de 1847 vendendo um sabonete medicinal. O frasco recuperado pertence a indústria *Radway's Regulating Pills*, e era utilizado para acondicionar comprimidos destinados a curar males do fígado, do estômago e dos rins, segundo anúncio em periódico de 1868, com uma dose prescrita de "1 to 6".

Outro exemplar que instigante, foi o de cor âmbar que apresentava uma tampa tipo "contagotas" em formato de coração, destinado ao envasamento de anestésico a ser utilizado no processo de sedação em cirurgias. Os anestésicos cirúrgicos tiveram as primeiras patentes registradas na Alemanha, em 1882, sendo que o registro do primeiro caso de sedação para intervenção cirúrgica, no entanto, data de meados do século XIX, em Boston nos Estados Unidos. O anestésico utilizado nesta primeira intervenção com sedação foi o éter sulfúrico (REZENDE, 2009).

A utilização de éter sulfúrico para sedação cirúrgica no Brasil, ocorreu no Hospital Militar do Rio de Janeiro pelo médico Roberto Jorge Haddock Lobo, em 1883 (Ibidem). Entretanto, constatou-se que este produto causava sérios perigos para a saúde dos pacientes e isto impediu sua disseminação em terras brasileiras e europeias. A partir deste fato, ocorreu a sua substituição pelo clorofórmio, considerado como o anestésico mais poderoso e seguro dentre todos os outros. Sendo este, também utilizado no tratamento da asma e como estimulante (vd. **Figura 2.**).



Figura 2. Frasco de sedativo para fins cirúrgicos. **Fonte:** Equipe de Arqueologia, 2015.

Outro exemplar recuperado inteiro foi o de *Chloro Calcion*, um medicamento “recalcificante, hemostático, antialbuminurico, diurético e antiserico”, ou seja, suas propriedades terapêuticas estavam relacionadas na reposição de cálcio, combate a hemorragias, anticoagulante, diurético e para a limpeza do sangue. Outro vidro recuperado foi o de Galenogal um antirreumático utilizado nos processos inflamatórios e reumáticos (**vd. Figura 3.**).



Figura 3. Frasco de Galenolol. **Fonte:** Equipe de Arqueologia, 2014.

No que se refere as garrafas de águas minerais, recuperou-se exemplares com inscrição/marca do fabricante fundo da peça. Um dos exemplares foi a da água de origem húngara denominada por “*Bitterquelle Hunyadi Janos*”, que apresentava sabor amargo e propriedades digestivas e

curativas contra degenerescências provocadas por “indiscrições” alimentares. O negociante Andreas Saxlehner atribuía estas qualidades, caracterizando-a como suave laxante e sua cronologia de produção situa-se entre finais do XIX e início do século XX.

As águas foram muito utilizadas por suas propriedades terapêuticas e curativas, como a Águas **Pedras Salgadas**, uma água gaseificada naturalmente de uma fonte de Portugal conhecida por seu poder curativo. Sua exploração comercial iniciou-se em 1871 e, entre os anos de 1878 e 1889 já era reconhecida em Paris, Londres, Barcelona e Rio de Janeiro e ainda hoje, a indústria responsável por seu envasamento possui uma infraestrutura voltada para a manutenção de sua qualidade (vd. **Figura 4.**).



Figura 4. Fundo de garrafa de água mineral gasosa. **Fonte:** Equipe de Arqueologia, 2014.

Outro tipo de frasco de remédio encontrado foi o produzido por Carlos Erba, à base de magnésia. Este farmacêutico com empresa sediada em Milão, era o responsável por produzir um medicamento à base de tamarindo em meados do século XIX e durante este século, Erba ampliou seus negócios para uma produção em escala maior, atingindo com isso, o mercado da América, do Oriente e da Europa. A ampliação de seus negócios contribuiu para uma revolução no mercado farmacêutico e sua empresa é ainda hoje conhecida como uma das maiores neste ramo (vd. **Figura 5.**).



Figura 5. Frasco de Medicamento Erba. Fonte: Equipe de Arqueologia, 2014.

Devido à falta de tratamento da água e de esgoto, aliado às péssimas condições de higiene na manipulação dos alimentos, a maioria da população sofria com doenças provocadas por vermes. Assim, no início do século XX, um medicamento muito popular para o combate aos vermes e administrado na forma de comprimidos gelatinosos, principalmente para as crianças era o Panvermina.

Além dos vermes, muitos eram os males que assolavam a sociedade do início daquele século, e uma doença comum que levou a grandes perdas foi a tuberculose. Dentre a amostra recuperou-se frascos de *Nuclearsitol Robin*, medicamento à base de arsênico que poderia ser administrado tanto na forma de comprimidos quanto na forma injetável, caso da nossa amostra que contava ainda, com vários frascos de injeções e de seringas.

No combate de muitos males, era necessária uma mudança de hábitos e a propagação de medidas preventivas, através de um discurso informativo, sobre os benefícios do uso de novos medicamentos, no sentido de colaborar na profilaxia de doenças e para que estes novos hábitos passassem a ser adotados por todos (CARVALHO, 1996: 24).

Desta forma, a propaganda do início do XX voltava-se para um mercado crescente e ávido por novidades. Nos anos de 1930, o mercado publicitário crescia e criava campanhas voltadas à saúde da população, conhecido como o ciclo da propaganda de remédios, que desde 1850 era o maior anunciante do mercado. Remédios para a Saúde da Mulher eram populares, sendo os mais anunciados, os indicados para os incômodos mensais de senhoras e tamanha a popularidade deste tipo de medicação que foi o primeiro luminoso instalado do Brasil, no Rio de Janeiro. Na amostra foram recuperados frascos do Regulador Gesteira, produto recomendado para melhorar “incômodos mensais” e também a falta de ânimo e ataques nervosos (vd. Figura 6.).



Figura 6. Frasco de Regulador Gesteira. **Fonte:** Equipe de Arqueologia, 2014.

Em meados de 1840 passou a ser comercializado o Tricopherous, um tônico capilar que se tornou um dos produtos mais vendidos pela companhia, tendo sua produção até a virada do século. (vd. **Figura 7.**). Voltado para atingir a uma clientela espanhola foi amplamente promovido através de anúncios que descreviam os seus benefícios passando a ser vendido com o nome de "Tricopherous for the skin and hair", em 1864. Dentre a coleção analisada, foram recuperados vidros de tônicos capilares como o Tonico Oriental para el Cabello, fabricado pela companhia Lanman & Kemp.



Figura 7. Frasco de Tônico Capilar. **Fonte:** Equipe de Arqueologia, 2014.

Dentre os novos hábitos adquiridos e amplamente divulgados nas propagandas da época, encontramos os produtos destinados a higiene da boca como o *Odol*, criado em meados de 1892

na Alemanha para enxague bucal. Este produto foi registrado em 1895 como "agente de limpeza da boca e dos dentes" e é um exemplo de produto que teve o início de sua produção no século XIX e continua a ser utilizado nos dias atuais. Sua presença na amostra recuperada é expressiva.

Ligado a higiene bucal outro exemplar aparece dentro das amostras resgatadas no sítio, o *Eau Dentifrice Docteur Pierre*, marca criada em 1837 pelo médico *Docteur Pierre*, que afirmava que os problemas bucais estariam relacionados à falta de higiene com a boca. A indústria que produziu e comercializou este produto até o início do século XX quando iniciou um processo de fusões com outras empresas e, finalmente em 1969 ocorreu a última fusão com a *Bristol Meyers* levando ao encerramento das atividades da *Docteur Pierre* (vd. **Figura 8.**).



Figura 8. Frasco de *Eau Dentifrice Docteur Pierre*. Fonte: Equipe de Arqueologia, 2014.

A preocupação com a beleza e a aparência feminina sempre foi uma tônica, principalmente nas classes mais abastadas. No que se refere aos itens de perfumaria relacionados ao século XIX e início do XX, observamos que em sua maioria tratam-se de perfumes franceses, visto que existia uma valorização do "modelo europeu" e Paris era a cidade de referência de moda e de civilidade desta época.

Na amostra analisada identificamos um exemplar perfume francês, *Lubin* do famoso perfumista *Pierre François Lubin*. Esta é uma das mais antigas indústrias de perfume conhecidas e sua fundação data de 1798 em Paris, seus perfumes foram intensamente utilizados pela corte francesa e pela nobreza de outros países, chegando as Américas em 1830. O período de produção e de comercialização deste perfume coincidem com o de ocupação do sítio pela família dos barões de Sorocaba.

Entretanto, por volta de 1980, a indústria não produzia mais o perfume que a tornara conhecida mundialmente, sendo que em 2001, um grupo financeiro passou a administrar a empresa *Lubin* (vd. **Figura 9.**).



Figura 9. Frasco de perfume Lubin. **Fonte:** Oscar Liberal, 2014.

Um perfume que foi amplamente utilizado pela corte francesa, em especial a de Luiz XVI, bem como pela nobreza de outros países e seus perfumes são largamente utilizados até os dias de atuais é o *L.T. Piver* cuja fabricação data do século XVIII com a criação da indústria em 1774 (vd. **Figura 10.**).



Figura 10. Perfume Piver. **Fonte:** Equipe de Arqueologia, 2014.

A popularidade de vidros de perfume no sítio é evidente, demonstrando como estes itens eram valorizados e consumidos pelos habitantes daquela local. Outro exemplar recuperado foi o da perfumaria *L. Legrand*, que produz desde 1811 e atingiu um crescimento comercial por todo o século XIX. O período de comercialização deste produto, corresponde ao de ocupação do sítio por moradores pertencentes a uma classe abastada. O fabricante, introduziu a "*Parfumarie Oriza*", patenteada em 1887 e, que se tornou a primeira linha de perfume da *L. Legrand*, com grande sucesso, a perfumaria tornou-se conhecida como *Oriza-Legand* (vd. **Figura 11.**).



Figura 11. Frasco de Perfume *Oriza-Legand*. **Fonte:** Equipe de Arqueologia, 2014.

A amostra de vidros de perfumes relacionados ao século XIX é marcada pelo consumo de produtos franceses, contudo este, recuperou-se um exemplar do perfumista americano *Paul Rieger*, conhecido por seu perfume *Riegres Flower Drops* que foi criado no início do século XX. O frasco recuperado no sítio encontra-se bem preservado com tampa e líquido em seu interior (vd. **Figura 12.**).



Figura 12. Propaganda de perfume Rieger's. **Fonte:** Oscar Liberal, 2014.

Optamos por selecionar o fragmento do frasco da *Água de colônia Florida Water* para compor esta coleção devido a sua popularidade. Marca de sucesso criada por *Robert I. Murray* em 1808, passou a ser utilizada tanto por homens quanto por mulheres sendo fabricada até os dias atuais.

No início do século XX, os cosméticos eram tratados como remédios para a beleza e vários eram os anúncios publicitários da época que pretendiam, educar e disciplinar a população, e estes consumidores, eram induzidos a consumirem os produtos europeus e voltar seu olhar ao consumo de produtos de beleza e higiene pessoal (BOAVENTURA, 2011).

Dentre os produtos comercializados voltados para este fim, destacam-se os desodorantes como o MUM (criado em 1888) e as águas de colônia. Na amostra encontramos um exemplar deste

que seria o primeiro desodorante a ser de criado, além do desodorante para as axilas, seu fabricante teria criado um creme que também poderia ser utilizado nos pés.

Este produto foi amplamente utilizado e muito conhecido durante o início do século XX, quando a empresa *Bristol & Mayers* começou a comercializá-lo em 1932. Ao longo do tempo, o *Mum* sofreu modificações em sua embalagem original até que em 2001 a empresa *Bristol & Mayers* optou por vender sua divisão de cosméticos para a *Procter & Gambler* nos Estados Unidos. Atualmente a linha *Mum* vem sendo revisada para uma linha mais atual.

No que se refere à confecção dos vidros, que serviam de recipientes para os mais diversos produtos, foi possível identificar várias fases em sua manufatura. Identificamos uma expressiva presença de garrafas de bebidas fermentadas na amostra, garrafas de vinho e de cerveja populares do século XX que contrapõem as garrafas de bebida do século anterior, que eram de vinho, de águas gasosas, além da presença de taças de cristal para consumo de bebidas refinadas.

Os vidros eram feitos, entre os séculos XVI ao início do XVIII, somente a partir da técnica de sopro e moldados manualmente. Já em meados do século XVIII ao final do século XIX, passaram a ser feitos através de moldes de vários tipos de recipientes, estes apresentam-se em moldes inteiros, duplos e triplos. Na passagem dos séculos XIX para o XX surgiram exemplares confeccionados a partir da semi-automação demonstrando a transição da produção manual para a semi-automação e mais tarde, para automação.

A maioria destes métodos de fabricação deixavam marcas nos objetos produzidos, o que nos possibilitam identificar a técnica de sua manufatura. Os exemplares de vidros aqui mencionados, tanto os utilizados para medicamentos, bebidas, quanto os destinados para a perfumaria foram identificados dentro de um período de fabricação do final do século XIX e início do XX.

Analisando a quantidade de vidros de medicamentos exumados, percebemos uma grande preocupação com a saúde, bem como identificamos os principais males que afligiam os moradores daquele sítio. Dentre os vidros de medicamentos mais utilizados pelos moradores da Villa Aymoré no início do século XX, os destinados para o alívio das dores e dos problemas estomacais, de fígado, foram os mais populares.

Informações sobre os vestígios exumados relacionados a dieta alimentar destes moradores, encontram-se em fase de análise, entretanto, acreditamos que um dos fatores que contribuíram para estes males, estaria relacionado alimentação e a um estilo de vida não muito saudável.

No que se refere ao gênero feminino, a partir das análises realizadas até o momento, percebemos que as mulheres que ali viveram tinham uma grande preocupação com sua aparência, visto a profusão de vidros de perfumes e de cosméticos. Entretanto, percebe-se a partir das peças recuperadas na amostra referente ao século XIX, que as consumidoras destes produtos pertenceriam a uma classe social privilegiada, visto o volume de itens franceses. Dados históricos e documentais corroboram com esta hipótese, ao identificarmos os períodos de ocupação do sítio vinculado as famílias nobres e abastadas.

No que confere a amostra de objetos de perfumaria vinculados ao século seguinte, notamos uma evidente popularização destes itens, entretanto, evidenciamos uma queda no poder aquisitivo destes consumidores com uma presença significativa de itens populares como de perfumes da AVON. Dentre os produtos mais populares, com preço acessível e disponíveis no mercado nacional, além dos perfumes da AVON (vd. **Figura 13.** e **14.**), encontramos um número expressivo de frascos de Água de Colônia, Leite de Rosas entre outros.



Figura 13. Frasco de perfume da marca AVON



Figura 14. Frasco de Leite de Rosas

Fonte: Equipe de Arqueologia, 2014

Percebemos que muitos dos medicamentos e perfumes utilizados no século passado, ainda hoje encontram-se disponíveis para consumo e permanecem em uso. Contudo, é possível notar mudanças em algumas formulas, embalagens e nomes, mas percebemos que esta continuidade no fabrico e consumo de marcas por tantos anos nos fazem refletir sobre a eficiência de produtos que nossas avós nos faziam tomar como os "deliciosos" remédios, a base de óleo de fígado de bacalhau, a exemplo da Emulsão Scott. Este medicamento que foi um dos mais populares, recorria a uma campanha publicitária que reforçava a legitimidade e confiança em produtos de origem estrangeira, itens tão apreciados naquele momento histórico-cultural brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINI, Camila; NAJJAR, Rosana - **Pesquisa arqueológica na Casa da Hera – Vassouras / RJ**. In: Revista de Arqueologia, nº 20, 2007, p. 39-50.

ALEXANDRE, Juciêdo Ferreira - Representações do adoecer: doenças e epidemias na historiografia brasileira. In **Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?** Ouro Preto: Edufop, 2009.

BOAVENTURA, Gustavo F. - A narrativa de beleza em anúncios da belle époque tropical. In **Revista Contemporânea**. Ed. 18, Vol. 9, 2011.

CARVALHO, N. - **Publicidade: a linguagem da sedução**. São Paulo: Ática, 1996.

CARVALHO, Aline V. - Arqueologia e Patrimônio no Século XXI: as perspectivas abertas pela Arqueologia Pública. In **III Encontro de História da Arte**. IFCH/UNICAMP, 2007.

CAVALCANTI, Nireu - **O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004

CAVALCANTI, Nireu - **Villa Aymoré**. Rio de Janeiro: Landmark, s/d.

CHALHOUB, Sidney - **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FRIDMAN, Fânia - **Donos do Rio em nome do Rei - uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda. e Editora Garamond, 1999.

FUNARI, Pedro Paulo - **Arqueologia**. São Paulo: Ática, 1998.

GIDDENS, Anthony - **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony - **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

HELLER, Agnes - **O cotidiano e a história**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HERSCHMANN, M. M. - **Invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.1994.

HONORATO, Cláudio de Paula - **Valongo: O mercado de escravos do Rio de Janeiro – 1758/1831**. Dissertação de Mestrado em História, UFF, 2008.

LIMA, T. A. - Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. In **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. 1995, p. 129-191.

LIMA, T. A. - Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. In **História, Ciências, Saúde**. 2, 1996, p. 46-98.

LIMA, T. A. - Chá e simpatia: uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista. In **Anais do Museu Paulista - História e Cultura Material**. 5, 1997, p. 93-127.

LIMA, T. A. - Tecnologia demais, comportamento de menos: o olhar da arqueologia sobre os vidros históricos. In **Canindé**. 2, 2002, p. 283-290.

MACEDO, Jackeline, SAMPAIO, Ana C. O. - Passados escondidos sob um jardim: a arqueologia no Museu Casa de Rui Barbosa. In **Anais do XIV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Belém/PA: SAB, 2009.

MARCILIO, Maria Luiza - Mortalidade e morbidade da cidade do Rio de Janeiro Imperial. **Revista História**. São Paulo, n-127-128, agc-dez/92 a jan-jul/93, p. 53-68.

MIRANDA, Marcos Paulo - **Estudos de Direito do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Forum, 2012.

NEEDEL, Jeffrey D. - **Belle Époque Tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ORSER, Charles E. Jr. - **Introdução à Arqueologia Histórica**. Tradução e apresentação Pedro Paulo Abreu Funari. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

PIMENTA, Tânia S. - **O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828 a 1855)**. Dissertação de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2003.

PIMENTA, Tânia S. et al. - A província do Rio de Janeiro em tempos de epidemia. **Dimensões**. Vol. 34, 2015, p. 145-183.

REZENDE, J. M. - À sombra do plátano: crônicas de história da medicina. In **Breve história da anestesia geral**. São Paulo: Editora Unifesp, 2009, p. 103-109.

RODRIGUES, Cláudia - **Lugares dos Mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/ Secretaria Municipal de Cultura/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural/Divisão de Editoração, Coleção Biblioteca Carioca, Vol. 43, 1995.

SILVA, Railson - **Nem tudo que reluz é vidro: mudanças sociais e introdução de artefatos vítreos na Salvador oitocentista**. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Acessível no PROARQ-UFS, Laranjeiras – SE, 2014.

SYMANSKI, L. C. - **Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

TOCCHETTO, F. B., SYMANSKY, L.C., OZÓRIO, S.R., OLIVEIRA, A.T.D., CAPPELLETI, A.M. - **A faiança fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade**. Porto Alegre: UE. Secretaria Municipal da Cultura, 2001, 168 p.

TOCCHETTO, Fernanda - **Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre moderna oitocentista**. São Leopoldo: Oikos, 2010.

TONELLI, Marizia - Arqueologia e Direito: uma abordagem interdisciplinar à evidenciação de patrimônio cultural edificado. In FUNARI, Pedro Paulo; FOGOLARI, Everson P. (org.) **Estudos de Arqueologia Histórica**. 1aed. Erechim: Allprint, Vol. 1, 2005, p. 59-82.

